



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Sul - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0036753/2023-82

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	DE	NÚMERO DO DOCUMENTO	DO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		2100.01.0036753/2023-82		NAR DE PASSOS
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: MARIA DE FATIMA LEMOS FARIA				CPF/CNPJ: 638783996-34
Endereço: FAZENDA JARAGUÁ - RODOVIA BR 464				Bairro: ZONA RURAL
Município: DELFINOPOLIS		UF: MG		CEP: 37.910-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome: MARIA DE FATIMA LEMOS FARIA				CPF/CNPJ: 638783996-34
Endereço: FAZENDA JARAGUÁ - RODOVIA BR 464				Bairro: ZONA RURAL
Município: DELFINOPOLIS		UF: MG		CEP: 37.910-000

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Fazenda Jaraguá			Área (ha): 51,2976	Total
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 3684			Município/UF: DELFINÓPOLIS/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3121209-BAF2.8CC7.2E13.4535.BBBC.41A5.CC55.F6DC				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA				
Tipo de Intervenção			Quantidade	Un
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP			0,6502	ha
*****			**	**
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)	
Barramento		Irrigação	0,6502	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Cerrado	0,6502	Área consolidada com árvores isoladas	***	0,6502
***	***	***	***	***
Total:	0,6502		Total:	0,6502
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha	Essência nativa	1,33	m³	
***	***	***	***	
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				

Lilian Messias Lobo - MASP: 1.365.456-1				
Data da Vistoria: 01/04/2024				
9. VALIDADE				
Data de Emissão: 11/04/2024.		Observações:		
Validade: 3 (três) anos.		ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
		Planta topográfica doc. SEI n. 75124658		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	Sirgas 2000	23k	318.695	7.741.887
*****	*****	****	****	****
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)				
<p>Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRADA (documento SEI nº 75124667) com metodologia do projeto de compensação ambiental pela regularização corretiva da intervenção em APP, elaborados pela equipe técnica composta por Paulo Sérgio Duarte, engenheiro ambiental, CREA MG169258/D e Marcos Aurelio Rodrigues Alves, técnico agrimensor e Biólogo, CRBio Nº. 57187/04-D com apresentação da ART nº 20231000109611 (documento SEI nº 75124646) do profissional Marcos Aurelio Rodrigues Alves.</p> <p>A planta topográfica (doc SEI nº 75124658) demonstra a localização das 04 áreas propostas para compensação ambiental, localizadas em APP, com área total de 0,6985 hectares acompanhada de memoriais descritivos e arquivos digitais.</p> <p>A área proposta encontra-se desprovida de vegetação nativa, parte está ocupada com lavoura de banana. São coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000, Fuso 23 K):</p> <p>Área de 0,1761 ha: X = 319.167; Y= 7.742.512, memorial descritivo documento n. 75124651</p> <p>Área de 0,1445 ha: X = 319.070; Y= 7.742.388, memorial descritivo documento n. 75124652</p> <p>Área de 0,1025 ha: X = 318.739; Y= 7.741.728, memorial descritivo documento n. 75124653</p> <p>Área de 0,2754 ha: X = 318.837; Y= 7.741.455, memorial descritivo documento n. 75124654</p> <p>A compensação pela intervenção ambiental, atende o disposto no Decreto 47.749/2019 em consonância com a Resolução CONAMA ° 369/2006: foi apresentado PRADA visando a recuperação de uma área de 0,6985 hectares (área um pouco maior que a área requerida), localizada na APP do córrego do Indaiá dentro do mesmo imóvel rural - Fazenda Jaraguá.</p> <p>Autorização corretiva, devendo adotar técnicas e medidas de proteção do solo e controle de drenagem, com curvas de níveis, para evitar possível carreamento de sólidos e evitar processos erosivos. Ressalta-se que solos descobertos possuem baixa taxa de infiltração.</p>				

12. OBSERVAÇÃO

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o integral cumprimento do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRADA (documento SEI nº 75124667), apresentado junto ao processo em questão. No caso, <u>o cronograma (demonstrado no item 3 do PRADA), referente ao plantio deverá ser executado no período chuvoso de 2024, ou seja, iniciar em outubro / novembro de 2024.</u>	Imediato, conforme cronograma de execução do PRADA com plantio a ser iniciado em 2024.
2	<p>Apresentar relatório técnico fotográfico ANUAL, contemplando o detalhamento das etapas de execução do PRADA. O primeiro relatório DEVERÁ SER ENTREGUE ATÉ 01 DE MARÇO DE 2025 e deverá contemplar informações referente ao plantio da mudas na área total da compensação proposta de 0,6985 hectares. Especificar as mudas que foram plantadas. Os demais relatórios deverão ser entregues em até 01 DE MARÇO DE 2026; 01 DE MARÇO DE 2027. Os relatórios, a partir do segundo, precisam evidenciar o monitoramento realizado na área - informar/detalhar, por exemplo, quantas mudas morreram, quantas sobreviveram; quantas foram replantadas e a cada ano ir avaliando o crescimento e desenvolvimento das mesmas. Os relatórios precisam detalhar/informar a execução das atividades propostas pós-plantio (combate à formigas; adubação; coroamento das mudas; replantio, entre outras).</p> <p>Caso o responsável técnico pela execução do PRADA seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.</p>	01 de março de 2025; 01 de março de 2026; 01 de março de 2027.
3	Além das medidas mitigadoras descritas no PIA, somente realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie.	Antes do início do corte dos 10 indivíduos arbóreos requeridas na área objeto da regularização corretiva (0,6502 ha).
4	Ressalta-se que, além do barramento, a instalação dos equipamentos para a irrigação bem como o aterro e acesso deve estar dentro da área total de 0,6502 ha, objeto da regularização corretiva.	Permanente
5	Retificar o CAR conforme item 3.2 do Parecer nº 21/IEF/NAR PASSOS/2024	120 dias

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licença s ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo**, Supervisor(a), em 11/04/2024, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **85864296** e o código CRC **4B1924F1**.